

Criticada aplicação de modelo da OMS

Embora reconheça que a expansão dos serviços de saúde nas áreas urbanas deva corrigir as desigualdades existentes na cobertura das necessidades da população, o secretário estadual de Saúde, Adib Jatene discorda que a implantação do modelo proposto pela Organização Mundial da Saúde para países em desenvolvimento seja viável para São Paulo, porque 90,2% da população do Estado estão urbanizados, fato que aconteceu rapidamente, criando uma série de obstáculos ao setor.

Considerou errônea a idéia de se aplicar recursos no atendimento primário para reduzir os gastos com saúde, observando que, na medida em que for melhorando o atendimento básico, a referência de casos para internamento deverá aumentar, e alertou para o fato de que só se pode considerar como prestação de assistência médica quando as pessoas chegam a um posto de atendimento pelos seus próprios meios de locomoção, "o que vale dizer, para a maioria da população, a pé".

E isto só será possível, garantiu, quando houver uma definição na área governamental sobre "como e quem" deve dar cobertura a essas populações. "É indispensável definir para as áreas metropolitanas que deve haver para cada grupo populacional vias de acesso funcionando como 'portas de entrada' para um sistema integrado de saúde."

Criticou também o fato de o setor de saúde ser "multiinstitucional", nele atuando os governos federal, estadual e municipal, com órgãos dependendo de vários ministérios, várias secretarias de Estado e municípios, integrado, ainda, por entidades filantrópicas e beneficentes, serviços privados e profissionais liberais, empresas de

caráter lucrativo — algumas de grande porte — e, até mesmo, recentemente, grupos multinacionais.

Tais serviços — assinalou o secretário — estão atualmente com total ou quase total descoordenação, tendo sido instalados sem prévio planejamento de sua localização e sem instrumento legal que os discipline, situação que levou a Secretaria de Saúde a dispor, para atendimento de 47% da população do Interior do Estado, de apenas 558 centros de saúde, dos quais 510 são próprios e 46 alugados ou cedidos.

Para assitir 53% da população na Grande São Paulo — as deficiências são "gritantes", queixou-se Adib Jatene — existem 203 centros de saúde: 51 próprios e os demais alugados ou cedidos. E, como acontece nas áreas periféricas, a grande parte está instalada precariamente, sem conservação adequada e com recursos humanos insuficientes e desqualificados.

CAMPINAS

"Em Campinas, um terço da população morre de fome, outro terço de tanto comer e o restante tenta sobreviver", disse o secretário municipal de Saúde, Sebastião de Moraes, que está elaborando um programa para a implantação de 25 postos de saúde na periferia da cidade.

O secretário criticou o alto índice de mortalidade infantil provocado pelas doenças infecciosas na periferia de Campinas, como a gastroenterite, condenando as distorções verificadas no município cuja população se ressentia da falta de recursos governamentais, sofrendo grande incidência de doenças degenerativas, como enfarte, e câncer, entre outras.